

**ESCOLARIZAÇÃO, LEITURA E PROFISSIONALIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE
UMA INTELLECTUALIDADE FEMININA NO RECIFE DE 1900**

Gilvânia Cândida da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

gil.nd93@gmail.com

O século XX sobe ao palco da história trazendo consigo as implicações dos discursos fundadores da República, da Modernidade e do Higienismo. O Recife dessa época vivia a ressaca do século passado em concomitância com as transformações arquitetônicas, sociais, políticas e econômicas dos novos tempos. E no meio desse metamorfismo, as mulheres recifenses foram afetadas e afetaram o projeto de humanidade que se desenhava local e nacionalmente. Algumas ousaram tomar para si a responsabilidade de circunscrever os limites de uma feminilidade nova e coerente com as necessidades recentes, repensando o lugar social da maternidade, o papel da mulher no Brasil republicado, o problema da escolaridade e, até mesmo, as falácias médicas sobre seus corpos e inteligência.

Apesar da historiografia sobre as mulheres ter muito a dizer sobre a inserção delas no mercado de trabalho, julgamos que, de modo geral, o trabalho intelectual ainda carece de mais investigação. Sobretudo, como uma ocupação que vitalmente contribuiu para a luta de emancipação e conquista de direitos civis femininos. Por essa razão, o presente trabalho se coloca a tarefa de analisar o processo de escolarização e a coexistente ampliação do mercado editorial voltado para o público feminino. De modo que, procuraremos descrever a relação entre o aumento no número de leitoras e o alargamento das possibilidades profissionais dadas às mulheres, seja por sua intelectualização e, conseqüente, capacitação para ocupar postos antes masculinos, seja pela multiplicação de funções que surgiram em função dos novos tempos.

Para tanto, revisaremos a historiografia que se ocupa dos temas da Educação, História das Mulheres de Pernambuco e História da Cidade do Recife. Ao mesmo tempo, iremos

recorrer aos artigos de jornais e revistas que tornam visíveis o pensamento da época acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa, sobretudo, na revista O Lyrio. Porém, antes da análise do tema proposto, vale dizer que a função intelectual feminina não se restringiu ao espaço privado, em meio aos livros, tintas e papéis. Aqui queremos dar destaque para o fato de que haviam muitas intelectuais preocupadas com os rumos do país, com o bem-estar dos mais pobres, com a identidade nacional que se circunscrevia. Eram mulheres politizadas que, em muitos casos, tinham consciência de seus privilégios e, da maneira que podiam e queriam, se movimentaram para propor novos caminhos para o país. Algumas dessas mulheres fundaram a revista O Lyrio.

A revista O Lyrio como espaço de experimentação e contraponto de ideias

Mensalmente entregue aos recifenses, no dia 5 de novembro de 1902 o primeiro número d'O Lyrio ganhou vida através da Imprensa Industrial. A partir do segundo mês, a tarefa de impressão foi realizada pela tipografia do jornal A Província, a qual recriou o *layout* que permaneceu até junho de 1904, quando o último número saiu do prelo – totalizando 20 revistas postas em circulação. Contudo, Luiz Nascimento fala da existência de um vigésimo primeiro número, que teria sido lançado em setembro de 1904, o qual não tivemos acesso. Quanto ao corpo editorial fundador, Amélia de Freitas Bevilaqua era redatora-chefe, Cândida Duarte de Barros era editora-secretária até o oitavo número, quando se casa e deixa o cargo para Ursula Garcia, que aparece na função a partir da nona revista. Edwiges de Sá Pereira, Maria Augusta Freire, Belmira Vilarim, Adalgisa Duarte Ribeiro e Luisa Cintra Ramalho eram redadoras (NASCIMENTO, 1975. p. 83-85).

Cintra Luiz é apontado como proprietário e fundador. Ele assina com Alcebiades Lima o editorial de apresentação, cujos seguintes trechos chamam bastante atenção:

O nosso intuito, o que felizmente conseguirmos, fora derruir os terríveis castelos onde se abrigavam a modéstia de nossas patrícias, e apresentar ao público mimosos rebentos de cérebros femininos, que tem a melodia divina de uma harpa Eólia. O Lyrio surge, porém surge [sic] inebriado de olores mágicos, bafejado por uma atmosfera de estridentes aplausos, aplausos que partem do amago do coração

d'aqueles que desejam ver desfraldado o estandarte da democracia feminina (O Lyrio, 1902, n. 1, p. 1, grifo nosso).¹

Se, enquanto proprietário, Cintra Luiz realmente exercesse domínio sobre o conteúdo apresentado na revista, após a leitura de todos os números facilmente chegaríamos a ideia de que, sem sombra de dúvidas, ele era um entusiasta da produção intelectual das pernambucanas. Havia uma miscelânea de opiniões, de sorte que, em meio aos incontáveis poemas, crônicas sobre maternidade e educação infantil, ficções que contavam mirabolantes histórias de amor, também encontramos muitos textos sobre políticas públicas para educação, reestruturação urbana, saúde materna e infantil, bem como, sobre a própria condição de mulher, por vezes explicitando as violências que a sociedades daqueles tempos impunham as elas. Como foi o caso da crônica “Laboremos”, de Maria Augusta Meira de V. Freitas, onde lemos:

Com a mágoa que dilacera o meu peito, vejo que ainda se acham arraigados entre nós os preconceitos que nos tempos da barbaria escravizavam a Mulher. Ha ainda quem pense, no alvorecer do século XX, que a mulher deve ser eterna escrava do Homem, e que não deve ter a pretensão de liberta-se das peias que, há tanto tempo, a martirizam. Citar nomes de mulher que se têm salientado, não digo agora, mas há muito tempo, no nosso país, é ocioso, porque não há brasileiro, que de contínuo, não esteja vendo em jornais, revistas, almanaques, livros, nomes de diversas patrícias nossas, firmando trabalhos, que muito escritores que vivem nos anais da fama, talvez não os produzissem. O conceito comum que a mulher é psicologicamente inferior ao homem, já é uma coisa tão sádica, que não resiste ao menos estudo analítico. (O Lyrio, 1902, n. 1, p. 2-3).

Porém, como dito, se tratava de uma revista de diferentes e, por vezes, divergentes posturas que se traduziam em textos de opiniões sensivelmente contrárias. Em artigo editorial anterior ao texto de Maria Augusta, Amelia de Freitas Bevilaqua, a redatora-chefe, escreve:

Cavalheiros ilustres, não olheis de sobranças carregadas, para esta florinha que desponta. Acolhei-as nas vossas secretarias, com a devoção benevolente, que se atribua a um filho. Protegeí-a, animai-a! Não a desencorajéis, porque ela é o

¹ Todos os textos transcritos de fontes tiveram grafia e pontuação atualizados em razão de promover uma leitura mais fluída e acessível.

símbolo da fé, a verdade concentrada na alma da mulher brasileira, que é vossa mãe, vossa irmã e vossa esposa (O Lyrio, 1902, n. 1, p. 2).

Apesar de haver uma hierarquia no aparecimento dos textos, primeiro o proprietário, depois a secretária-chefe e, somente depois, as demais colaboradoras do periódico, não pode escapar dos nossos olhos o dado de que são mulheres com atitudes antagônicas, uma combativa e outra apaziguadora, expressando suas ideias nas primeiras páginas do primeiro número de uma publicação pertencente a um homem (EL FAR, 2006). Pensando num Brasil em que as mulheres não tinham direito à herança, tutela jurídica dos filhos, acesso ao ensino superior, ou direito ao voto, a possibilidade de escrever e tornar pública ideias que antes estariam enclausuradas no mundo privado é a demonstração de uma ousadia que sempre esteve presente e que a História das Mulheres, livro após livro, artigo após artigo, vem tornando evidente (SOIHET, 1997).

Professoras e escritoras que abriram as portas da intelectualidade

“Muitas mulheres famosas e muitas outras desconhecidas e esquecidas vieram antes, aplainando o terreno e orientando meus passos”, foram as palavras que em certo momento Virginia Woolf condensa o pensamento que elabora no artigo “Profissões para Mulheres (2016, p. 9-10). Sobre aquelas que se perderam na história, infelizmente, não somos capazes de falar, mas, por sorte e por vontade, podemos exaltar uma e outras tantas vezes o nome e a trajetória de mulheres deixaram muita força e ousadia como herança para as gerações vindouras (PERROT, 2005, p. 35). Uma delas é a potiguar nascida em 1810, Dionísia de Faria Rocha, que depois se autobatzaria de Nísia Floresta Brasileira Augusta – um simbólico nome que condensa em quatro palavras a intensidade de sua vida (TELLES, 2004, p. 405).

Falar de Nísia Floresta é conhecer a história de alguém que superou as muitas adversidades de um país que acabara de virar a página dos séculos e recebia os novos tempos com um choque entre contrastes, de um lado, a luxuosa e custosa corte portuguesa e, de outro, a pauperizada, analfabeta e esperançosa por dias melhores população de brancos, pretos e os frutos desse encontro. Recém independente, o Brasil dela começava a estruturar sua

burocracia. Em 1808, com a abertura dos portos, a Imprensa Régia e os livros começam a dar outra dinâmica ao cotidiano, primeiro, das classes abastadas, depois, de todo o povo (Idem, p. 404). Em 1827, se instituiu a lei que abriria o mercado profissional do magistério às mulheres, segundo a qual, meninas devem ser obrigatoriamente educadas por professoras, “senhoritas honestas”, e, em 1877, uma lei complementar define que os meninos exclusivamente poderão ser educados por professores a partir dos dez anos de idade (LOURO, 2004, p. 449).

Esses dois marcos são importantes na vida de Nísia Floresta porque estabelecem os dois campos de sua atuação profissional, a imprensa, com isso queremos dizer os jornais e os livros, bem como, a sala de aula. Em 1923, aos 13 anos, ela se casa. No ano seguinte se separa e se muda com os pais e irmãos para o Recife. Lá, em 1928, as perseguições políticas que fizeram a família migrar se materializam e ela perde o pai assassinado. Sem dinheiro, ela começa a lecionar para sustentar a mãe e os três irmãos. Em 1932 casa-se novamente e, também, publica “Direito das mulheres e injustiça dos homens”, sua tradução do livro de 1792 da inglesa Mary Wollstonecraft. Nesse texto encontramos escrito o maior legado deixado por Nísia Floresta, a saber, a defesa da igualdade e da educação entre homens e mulheres (TELLES, 2004, p. 405).

Outra figura que merece destaque nessa época foi Maria Firmina dos Reis. Nascida em São Luiz, no ano de 1825, assim como Nísia Floresta, ela também ganhou a vida com o magistério, sua fonte de renda até a aposentadoria. Mas sua fama vem não apenas de seu trabalho como alfabetizadora e educadora de incontáveis meninas e meninos, do centro e do interior de São Luiz. Em 1859, Maria Firmina lança “Ursula”, o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil (Idem, p. 410). Lembremos que o romance como gênero somente se torna valorizado na década de 1930, com a renovação trazida pelo Movimento Modernista, até então, “a poesia era tida como o gênero social e intelectual mais rentável” (MICELI, 2001, p. 159). Trocando os termos, “Ursula” era um contrassenso à lógica de produção intelectual da época, sendo o espaço de experimentação de alguém que marcou seu tempo pelo vanguardismo de seus atos, uma educadora que não impunha castigos físicos e educava sem distinção de sexo.

Esses dois nomes se somam as anônimas que cruzaram o século XIX aplainando o terreno onde O Lyrio pôde germinar. E o século XX encontra uma indústria da palavra em um país de analfabetos, onde aproximadamente 75% da população era analfabeta (MARTINS, 2018, p. 156) e já se pode contar com um catálogo de 23 categorias diferentes de temas de revistas (idem, p.103). Um outro aspecto desse cenário é a profissionalização do magistério feminino, pois, desde as leis de 1827 e 1877 esse se tornou um campo de majoritária atuação das mulheres, seja porque ele era encarado como uma extensão da educação materna, seja porque com a expansão industrial os homens viram em outras carreiras maiores possibilidade de ganhos (TELLES, 2004, p. 449, 452).

Nesse ambiente de muitas contradições a revista recifense põe debaixo de seu guarda-chuva a produção intelectual de muitas escritoras, anunciando, também, a genialidade de médicas, advogadas, pianistas, ou seja, mulheres que de alguma forma contrariavam o discurso da inferioridade intelectual feminina. Eram mulheres de todos os lugares do Brasil e que de seus lugares e por meio de seus pontos de vista alimentavam cada número com artigos, crônicas, contos, romances e muitas poesias. O empenho de autoafirmação era tal que, em 1904, no 19ª número, tanto na capa quanto na página 11, encontramos a fotografia da prodigiosa Lisá Diniz.



Na legenda podemos ler "Eximia pianista pernambucana aos nove anos de idade"

A legenda demonstra uma tendência de todos os exemplares, a saber, a troca de elogios e a valorização das capacidades umas das outras. No texto “Auta de Souza”, Edwiges de Sá Pereira escreve em homenagem e em lembrança aos dois anos do prematuro falecimento da poetisa potiguar Auta de Souza, morta por tuberculose aos 24 anos. Julia Figueiredo, nesse mesmo número, também presta suas homenagens à Auta com o poema “Minha Muza”. No primeiro lemos emocionadas palavras que revelam admiração e uma relação de generosidade entre elas. Edwiges diz que foi uma menina que se inspirou na obra de uma jovem mulher talentosa, de personalidade rara e umas das poucas que ousava com a pena e o papel, ela diz:

Como eu chorava as suas magoas! Como me magoavam o seu pranto!... Auta soube disto e como os meus versos de principiante, que eu era então, contavam, desprevenidos e incautos, o meu viver de adolescente a quem o bafejo da Desdita ainda não havia tocado, ela, contente por mim, dedicou-me uns delicadíssimos versos nos quais incitava-me a cantar, brincar, a esquecer a sorte nefasta que tiranamente a trucidava ² (O Lyrio, 1903, n. 4, p. 5).

O Lyrio, é preciso dizer, consciente e taticamente imbuído da missão de emancipar, se colocava a tarefa de fazer conhecer as capacidades intelectuais das mulheres. Os artigos poderiam fazer com que meninas reconhecessem em si essa potência, bem como, desnaturalizava a percepção da inépcia feminina para os temas das ciências e da racionalidade. Um argumento que atíça nossa imaginação para idealizar diferentes meninas sentadas em suas camas, em mesas de estudos, nos quintais ou em qualquer lugarzinho em que pudessem ler poetizas como as de Auta, os livros de ciência dos pais, as literaturas românticas das mães. Meninas de olhos arregalados e coração transbordante que se tornaram mulheres das letras, intelectuais, cientistas, sufragistas ou mesmo donas de casa progressistas que educaram sob os princípios da igualdade e do altruísmo os seus meninos e meninas. O que faz com que O Lyrio pareça um encontro mensal entre melhores amigas, as quais as vezes discordam sobre alguns assuntos, mas se respeitam e se admiram mutuamente.

² Provavelmente, Edwiges se referia à tuberculose que flagelou a poetisa dos 14 anos até sua morte.

Alfabetização e leitura como meio de emancipação intelectual e social

E entre essas amigas, estavam muitas professoras ou “apenas” normalistas. Estas nem sempre chegavam a exercer o magistério, pois, a partir de certa altura esse se tornou um “curso de espera marido” (LOURO, 2004, p. 471). Isso porque era o fim da formação oficialmente permitida às mulheres, aquelas de desejavam ingressar no ensino superior, primeiro, deveriam encontrar uma instituição que as aceitassem, segundo, conviveriam com o fato de que seus diplomas de nada valiam. Tanto era assim que Ursula Garcia, no artigo “Perfis Femininos”, em que traça pequenas biografias das já citada Amelia de Freitas Bevilaqua e Maria Augusta de Vasconcellos Freire, sobre a última, ela diz:

Dotada de inteligência robusta e louvável elevação de vistas, a jovem senhora dedicou-se aos estudos de direito, fazendo sempre brilhante figura entre seus colegas e recebendo aos 17 anos o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife. O discurso que por essa ocasião pronunciou, basta por si só para revelar o valor intelectual e moral dessa moça, quase criança, que intrepidamente trabalhava para conquistar uma posição firme entre os obreiros do engrandecimento da pátria. Se a ilustração, o talento e a boa vontade valessem mais do que as conveniências políticas e sociais... d. Maria Augusta teria sem dúvida ocasião de tornar célebre o seu nome. Mas, atualmente, ainda o título de bacharel, conferido a uma mulher, é um título e nada mais (O Lyrio, 1903, n. 8, p.7-8).

E foi justamente por entender que a possibilidade de exercer sua profissão deveria ser um direito e não um privilégio dado somente aos homens que muitas mulheres tomaram a educação como principal bandeira de luta. Mas o trabalho não seria fácil, pois, como já dito, vivia-se num país de analfabetos. Dado que não era aleatório, fazia parte da herança de um projeto de estado, no caso, o português. Segundo este, desde o período colonial, a instrução era dada somente as classes dirigentes, cujas gerações mais jovens se deslocava para as universidades europeias para completar sua formação com o ensino superior. Em função disso, não é difícil entender porque só teríamos uma universidade em fins do século XIX. De modo que, a precarização da atividade docente não é novidade de nossos dias, Guacira Louro diz que a associação da função ao papel feminino de maternidade justificava a atuação do Estado no sentido de gradativamente reduzir salários, por exemplo (2004, p. 476).

Essa luta será travada durante tanto tempo e com tantas demandas ainda não atendidas que até hoje ela é pauta de greves. Na década depois ao encerramento d'O Lyrio, em 23 de março de 1933, o Jornal Pequeno traz em sua capa o artigo de Mario Melo em que expressa sua indignação contra uma suposta atitude tomada pelo então secretário de educação, Anibal Bruno. De acordo com o texto, o governo de Pernambuco mudou o processo seletivo da Escola Normal, de modo que, das cerca de trezentas alunas aprovadas, somente oitenta iria realizar sua matrícula. Ele não afirma que os dados são precisos, no entanto, os utiliza e argumenta que:

Quanto mais atrasado é o povo em matéria de instrução, tanto mais deve ser esta difundida (...). Qualquer restrição que se faça em matéria de instrução é um mal. E porque é um mal, deve ser apontado, para que o corrijam (...). Com a reforma da Escola Normal, em se tornou obrigatório o curso de humanidades, nem todas as alunas que procuram aquele educandário são candidatas ao título de professoras. Que o fossem! Quanto maior o número de professoras, num país de setenta por cento de analfabetos, tanto melhor (Jornal Pequeno, 23 mar. 1933, p. 1).

O Brasil sempre foi um ponto na imensa conexão global inaugurada pelas grandes navegações. A colônia estava estreitamente ligada a metrópole europeia e de lá vinham os parâmetros de civilidade em formato de manuais, bem como, de literatura. O discurso da educação como ferramenta civilizatória e herança iluminista criou corpo no Brasil somente com a já mencionada lei 1927, também segundo a qual, deveria existir uma “escola de primeiras letras” em cada rincão do país. Talvez quisessem que o povo se instruisse, mas esse projeto se perdeu com o curso do século. E eis que o 1902 se finda com O Lyrio e suas talentosas escritoras em um mercado livreiro e periódico pulsante, cuja única explicação de existir está no fato de que a palavra escrita era a única forma de comunicação (MARTINS, 2018).

É praticamente impossível pensar a intelectualidade descolada da leitura e da escrita. Os discursos e as ideias só se fazem perenes no papel. A escrita feminina na época tratada é, antes de qualquer coisa, um ato político que subverte a lógica dos papéis de gênero. Primeiro, porque retira do privado e expõe ao público o olhar e as percepções delas sobre o mundo. Depois, porque faz propaganda das capacidades intelectuais femininas, deixa clara a falácia

de sua inaptidão para a racionalidade e as ciências. E, por fim, porque se apropria de um espaço que antes era domínio quase que exclusivo dos homens (HELLER, 2006).

Considerações Finais

A história é um quebra-cabeça cujas peças foram espalhadas. Nossa missão é, portanto, dizer que imagem queremos montar, quais peças ficarão de fora, quais peças queremos que se repitam. E, segundo a imagem montada, compomos narrativas que incluem ou excluem, exaltam ou estigmatizam, visibilizam ou apagam sujeitos que independente do que diz nosso texto, sim, foram responsáveis por compor, dessa vez, a parede de tijolos que é o nosso presente. E a lógica se repete no hoje. Pois somos aqueles que espalham as peças do quebra-cabeça e, tijolo sobre tijolo, fazem surgir a parede do presente daqueles que ainda virão. Nesse sentido, esperamos que este trabalho ajude os sujeitos do futuro a entender que no presente estávamos nos esforçando para fazer uma narrativa da história que inclui quem foi excluído, exalta quem foi estigmatizado e visibiliza quem foi apagado. Pois escrever história é um ato político.

O mesmo ato político que as mulheres d'O Lyrio, Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis e tantas outras ousaram realizar. A escrita, a leitura, a educação são armas que contrapõem as forças nefastas da opressão e do obscurantismo. Reencenar os passos delas, mesmo que simbolicamente, é um exercício de compreensão que podemos fazer para somar no processo de positiva transformação de nossa realidade. Há 200 anos já se ouvia sobre o poder revolucionário do conhecimento, já se clamava por escolas, já havia quem se movimentasse em favor de um país melhor para todos, sobretudo, para aqueles que menos tinham. Assim, mesmo que inconscientemente, aquelas mulheres decretavam que mesmo que seus úteros servissem para gerar os cidadãos da nova república, dali para frente, eram suas mentes e todo o corpo quem iria promover a liberdade do ventre e da alma de suas filhas e netas: a nossa liberdade.

Referências Bibliográficas

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

EL FAR, Alessandra. **O livro e a literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HELLER, Barbara. **Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1880-1920)**. São Paulo: Porto de Ideias, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In.: Del Priori, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2005, p.111-153.

MARTINS, Ana Luiza. Luca, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária, 1975. v. 7.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da História**. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

TELLES, Norma. **Escritoras, Escritas, Escrituras**. In.: Del Priori, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.